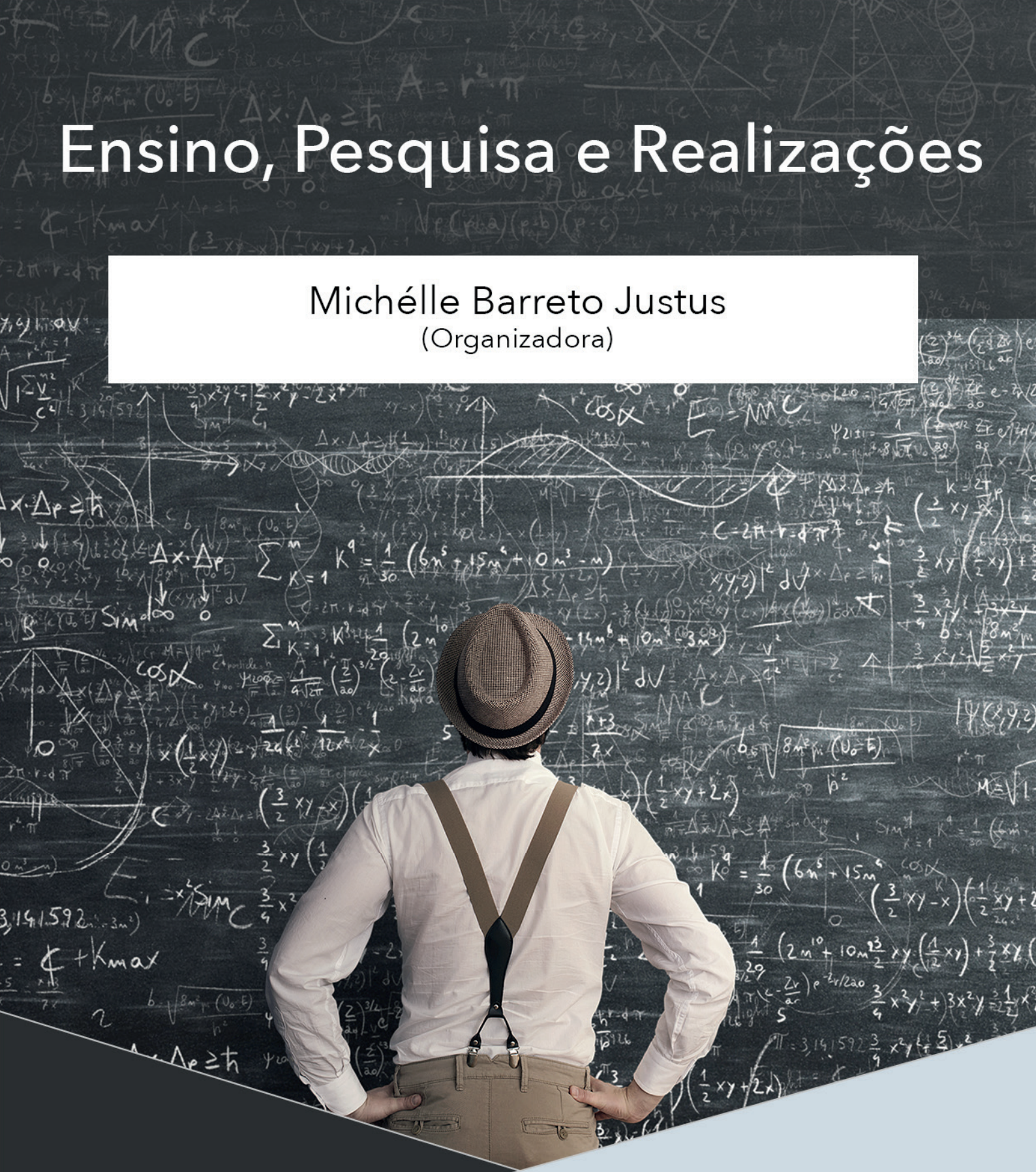


Ensino, Pesquisa e Realizações

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)

Ensino, Pesquisa e Realizações

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E	Ensino, pesquisa e realizações [recurso eletrônico] / Organizadora Michéle Barreto Justus. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-006-3 DOI 10.22533/at.ed.063181212 1. Ciência – Brasil. 2. Pesquisa – Metodologia. I. Justus, Michéle Barreto. CDD 001.42
---	---

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os estudos e pesquisas advindas do Ensino Superior podem contribuir sobremaneira para a melhoria das condições de vida da sociedade em geral, reafirmando o papel fundamental do conhecimento científico como ferramenta para a superação de vários problemas sociais vivenciados em nosso país.

Nesse sentido, o material intitulado “Ensino, pesquisa e realizações” ganha importância por constituir-se numa coletânea de estudos, experimentos e vivências de seus autores, tendo por objetivo reunir e socializar os estudos desenvolvidos em grandes universidades brasileiras.

A obra está organizada em 2 eixos: estudos teórico-metodológicos acerca de temas pedagógicos e pesquisas sobre processos biológicos e tecnológicos, reunidos em 27 artigos científicos.

Os artigos apresentam pesquisas direcionadas ao ambiente educacional, às práticas e metodologias de ensino, ao estudo da história e às possibilidades de soluções práticas de questões cotidianas nas áreas de enfermagem e das ciências exatas e tecnológicas.

Certamente os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico, pois proporcionam ao leitor uma gama de leituras que permitem análises e discussões sobre assuntos pertinentes à pedagogia, à biologia e à tecnologia numa perspectiva científica, através de linguagem clara e concisa, que propicia ao leitor a aproximação e o entendimento sobre alguns temas abordados nessas áreas do conhecimento.

Michéle Barreto Justus

SUMÁRIO

ÁREA TEMÁTICA PEDAGOGIA, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INCLUSÃO

CAPÍTULO 1	1
ANÁLISE DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: SUBSÍDIOS PARA UM DEBATE	
Renan Lucas Vieira dos Santos Tatiana Costa Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.0631812121	
CAPÍTULO 2	8
A FORMAÇÃO DOS DOCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA FRENTE AOS DESAFIOS	
Andreia Nunes de Castro Rosângela de Fátima Cavalcante França Sergio Paulo Mesquita Junior	
DOI 10.22533/at.ed.0631812122	
CAPÍTULO 3	18
AS CONTRIBUIÇÕES DE PRÁTICAS LUDICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTANCIA DO PAPEL DO PEDAGOGO.	
Magnólia Maria Oliveira Costa	
DOI 10.22533/at.ed.0631812123	
CAPÍTULO 4	30
O TRABALHO PEDAGÓGICO REALIZADO COM BEBÊS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO-PR	
Roseli de Cássia Afonso	
DOI 10.22533/at.ed.0631812124	
CAPÍTULO 5	41
INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA REGULAR: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE	
Ivone Miranda dos Santos Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.0631812125	
CAPÍTULO 6	55
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O ENSINO E APRENDIZADO DA DANÇA NO CONTEXTO ESCOLAR	
Kathya Maria Ayres de Godoy Ivo Ribeiro de Sá	
DOI 10.22533/at.ed.0631812126	
CAPÍTULO 7	68
RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA, PROJETO ENVELHE SER E VIDA EM MOVIMENTO	
Mírian Pereira Gautério Bizzotto	

Olívio José da Silva Filho

DOI 10.22533/at.ed.0631812127

CAPÍTULO 8 80

VIVÊNCIAS JUVENIS INSCRITAS EM UM PROJETO EXTENSIONISTA DE INCLUSÃO DIGITAL

Rosane Maria Castilho

Flávia Valéria Cassimiro Braga

DOI 10.22533/at.ed.0631812128

CAPÍTULO 9 96

EFEITO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA NO RENDIMENTO DE MESTRANDOS NA DISCIPLINA DE FISILOGIA DA PRODUÇÃO VEGETAL NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UEG

Camila Lariane Amaro

Diego Braga de Oliveira

Patrícia Souza da Silveira

Fábio Santos Matos

DOI 10.22533/at.ed.0631812129

CAPÍTULO 10 102

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA SENAC RN

Maria Augusta da Cunha Pimentel

DOI 10.22533/at.ed.06318121210

CAPÍTULO 11 117

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Victor Fabiam Gomes Xavier

Clecia Simone G. R. Pacheco

DOI 10.22533/at.ed.06318121211

CAPÍTULO 12 129

INTEGRANDO AS PARTES AO TODO: BEM-VINDOS AO SENAC SÃO CARLOS

Márcia Cristina Fragelli

DOI 10.22533/at.ed.06318121212

CAPÍTULO 13 133

MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UMA INVESTIGAÇÃO INICIAL EM PRODUÇÕES ACADÊMICAS RECENTES

Lucas Rinaldini

Jéssica Priscila Simões

Irineu Aliprando Tuim Viotto Filho

DOI 10.22533/at.ed.06318121213

ÁREA TEMÁTICA METODOLOGIAS DE ENSINO

CAPÍTULO 14 140

A UTILIZAÇÃO DAS “TIRAS HUMORÍSTICAS” COMO RECURSO MOTIVADOR PARA O ENSINO DE

CAPÍTULO 15 151

CONTRIBUIÇÕES PARA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE QUÍMICA

Jhenyfer Caroliny Almeida
Luciana Aparecida Siqueira Silva
Christina Vargas Miranda e Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.06318121215

CAPÍTULO 16 159

CADEIAS DE MARKOV: UMA APLICAÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO

Diogo Meurer de Souza Castro

DOI 10.22533/at.ed.06318121216

CAPÍTULO 17 171

O PEQUENO CIENTISTA E A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA SOBRE OS MICROORGANISMOS (BACTÉRIAS, FUNGOS E PROTOZOÁRIOS)

Marcelo Duarte Porto
Everson Inácio de Melo
Nayara Martins de Mattos
Mariana de Moraes Germano
Paloma Oliveira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.06318121217

CAPÍTULO 18 178

METODOLOGIAS ATIVAS PARA AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM COMPARATIVO DAS METODOLOGIAS FUNDAMENTADAS NA PROBLEMATIZAÇÃO

Ana Carolina de Moraes
Marta Jussara Cremer

DOI 10.22533/at.ed.06318121218

CAPÍTULO 19 194

A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DIGITAIS PARA PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR

Edilmar Marcelino
Ana Beatriz Buoso Marcelino

DOI 10.22533/at.ed.06318121219

CAPÍTULO 20 204

PEDAGOGIA ATIVA: CONSTRUINDO SABERES NO ENSINO SUPERIOR

Alexandre Russo
Fabiana Meireles de Oliveira
Fatima Ramalho Lefone
Marcos Correa

Mirian Nere

DOI 10.22533/at.ed.06318121220

CAPÍTULO 21 209

O USO DO WHATSAPP NO ENSINO

Ernane Rosa Martins

Luís Manuel Borges Gouveia

DOI 10.22533/at.ed.06318121221

CAPÍTULO 22 217

TRILHA URBANA E ANÁLISE DO ESPAÇO- TEMPO NO CENTRO HISTÓRICO DO RIO DE JANEIRO COM USO DO GEOPROCESSAMENTO

Paulo Elísio Marinho Abrantes

Gleide Alencar Do Nascimento

João Carlos Nara Junior

Reinaldo Bernardes Tavares

DOI 10.22533/at.ed.06318121222

ÁREA TEMÁTICA PESQUISA HISTÓRICA

CAPÍTULO 23 237

HISTÓRIA E IMAGINÁRIO SOCIAL DAS PROFESSORAS NO PROCESSO EDUCACIONAL NO BRASIL

Gláucia da Rosa do Amaral Alves

Elsbeth Léia Spode Becker

DOI 10.22533/at.ed.06318121223

CAPÍTULO 24 253

CAPITALISMO, GLOBALIZAÇÃO E CULTURA AFRODESCENDENTE:

A ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA ANA LAURA (PIRACANJUBA/GO)

Iván Mauricio Perdomo Villamil

Flávio Reis dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.06318121224

CAPÍTULO 25 268

A INDUMENTÁRIA FEMININA EM ANÁPOLIS ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 E 1950

Amanda Milanez Fenerick

DOI 10.22533/at.ed.06318121225

CAPÍTULO 26 283

A INOPERÂNCIA DO ESTADO DIANTE DAS BARBÁRIES NO HOSPITAL COLÔNIA EM BARBACENA-MG

Fernanda Cristina de Brito

Márcio A. R. Rezende Filho

Juliana do Nascimento Farias

Cristiano Garcez Gualberto

DOI 10.22533/at.ed.06318121226

CAPÍTULO 27 288

A PRODUÇÃO DE UM DISCURSO DE NATUREZA NO PAMPA SOB O OHAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Renata Lobato Schlee

Paula Corrêa Henning

DOI 10.22533/at.ed.06318121227

CAPÍTULO 28 303

EDUCAÇÃO, EXCLUSÃO E SILENCIAMENTO: A ESCOLA PÚBLICA NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1850-1889)

Vinicius Teixeira Santos

DOI 10.22533/at.ed.06318121228

CAPÍTULO 29 316

SOBRE AS NOÇÕES DE SEMELHANÇA E DESSEMELHANÇA NA DEFINIÇÃO DA HUMANIDADE INDÍGENA: UM ESTUDO A PARTIR DE UM TEXTO JESUÍTICO DO SÉCULO XVI

Marcos Roberto de Faria.

DOI 10.22533/at.ed.06318121229

ÁREA TEMÁTICA PROCESSOS BIOLÓGICO E TECNOLÓGICOS

CAPÍTULO 30 321

A IMPORTÂNCIA DAS PLANTAS MEDICINAIS NO TRATAMENTO DE NEOPLASIAS: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Francisco Lucas Sales Dressler Silva

Thyago Pereira Douglas Machado

Felipe Valino dos Santos

William Dias Borges

Glenda Keyla China Quemel

Ana Gabriela Sousa Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.06318121230

CAPÍTULO 31 326

ANÁLISE COMPARATIVA DO CRESCIMENTO INICIAL DE *EUCALYPTUS GRANDIS* HILL EX MAIDEN (MYRTACEAE) E *GUAZUMA ULMIFOLIA* LAM. (MALVACEAE)

Thaynara Martins de Oliveira

Rayane Rodrigues Ferreira

Jales Teixeira Chaves Filho

DOI 10.22533/at.ed.06318121231

CAPÍTULO 32 330

ESTIMATIVA DA VARIABILIDADE ESPACIAL DO ÍNDICE RELATIVO DE CLOROFILA POR MEIO DE KRIGAGEM INDICATIVA

Caroline Xavier dos Santos

Elaine de Fatima Miranda Freitas

Sueli Martins de Freitas Alves

DOI 10.22533/at.ed.06318121232

CAPÍTULO 33 338

LÁTEX E ANGIOGÊNESE

Patrícia Lima D'Abadia

Amanda Fernandes Costa

Pablo José Gonçalves

Luciane Madureira de Almeida
DOI 10.22533/at.ed.06318121233

CAPÍTULO 34 356

RESFRIAMENTO DO AMBIENTE INTERNO DE MODELOS REDUZIDOS DE RESIDÊNCIA USANDO A TÉCNICA POT-IN-POT EM PAREDES

Marianne Silva Guimarães
Lídia Alla Silva
Patrícia Sardinha Dias
Isabella Faria Santos
Miriã Moreira Costa
Dra. Raphaela Christina Costa Gomes

DOI 10.22533/at.ed.06318121234

CAPÍTULO 35 366

TRATAMENTO TERCIÁRIO DO CORPO HÍDRICO DO RIBEIRÃO VAI E VEM NO MUNICÍPIO DE IPAMERI – GO CONTAMINADO POR EFLUENTE DOMÉSTICO.

Luciana Maria da Silva
Janaína Borges de Azevedo França
Luana Mesak
Anderson Dias

DOI 10.22533/at.ed.06318121235

CAPÍTULO 36 376

HYDROFLOW: MEDIDOR DE FLUXO DE ÁGUA COM ENFOQUE NO CONSUMO SUSTENTÁVEL

Yonathan Stein
Alex Martins de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.06318121236

SOBRE A ORGANIZADORA..... 392

ANÁLISE DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: SUBSÍDIOS PARA UM DEBATE

Renan Lucas Vieira dos Santos

Graduando em Pedagogia. Professor da Rede
Objetivo.

rspianista@outlook.com

FAGOC

Tatiana Costa Coelho

tatianacostacoelho@hotmail.com

FAGOC

RESUMO: Sob a metodologia de análise documental, o presente artigo apresenta temas para debates a respeito das práticas de implantação da Base Nacional Comum Curricular, documento proposto pelo Ministério da Educação, que, hoje, está em sua terceira versão. Durante a análise, considera-se a BNCC como instrumento de massificação e de distorção dos conceitos curriculares, o que corrobora, diretamente, para uma educação que não se ocupa de tornar o ser emancipado e crítico, formando cidadãos desconectados da realidade e incapazes de agir para transformação do meio social em que vivem. Analisando desde as práticas de implantação até as possíveis consequências do documento, concluiu-se que a proposta não terá legitimidade ante a nação brasileira, vez que os principais agentes educadores não foram ouvidos logo na primeira versão do documento.

PALAVRAS CHAVE: BNCC. Currículo. Educação. Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC é um documento que visa nortear as práticas educacionais no País, em vista de uma educação em nível igualitário para todos, estabelecendo conteúdos para as disciplinas da educação básica das instituições nacionais de ensino público e privado. Esse documento, bem como sua necessidade de implantação, está previsto na Constituição Federal - CF de 1988, em seu artigo 210. A CF pondera a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental, necessidade considerável ante a abrangência territorial do País. Completa, ainda, dizendo do respeito e da manutenção dos valores culturais e artísticos de cada região e da nação.

Muito tem se discutido a respeito desse documento, desde suas atividades de criação à estrutura curricular, que tem mantido diversos temas longe do debate da sala de aula, e é um assunto pertinente que carrega opiniões divergentes, o que reforça, ainda mais, a necessidade de ser debatido e avaliado exaustivamente em nossas escolas e comunidades. O atual documento divide os componentes curriculares em áreas, totalizando quatro, a saber: Ciências Humanas e da Natureza, Linguagens e Matemática, objetivando uma interdisciplinaridade entre

essas áreas do conhecimento; tal estrutura é similar àquela que molda o ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio.

Com este artigo, objetiva-se explicar e confrontar as práticas de implantação da Base Nacional Comum Curricular, bem como sua estrutura e possíveis impactos sociais, ante o cenário educacional vigente, analisando o documento da BNCC disponibilizado pelo MEC - Ministério da Educação, que, atualmente, está em sua terceira versão. Estrutura-se esta pesquisa segundo a metodologia de análise documental.

As Práticas de Implantação

A implantação de uma base que regule os currículos das instituições educacionais brasileiras está prevista como estratégia do PNE - Plano Nacional de Educação para o cumprimento das metas dos itens 2 e 7, e é entendida como recurso para a universalização do ensino e fomento da educação básica.

Pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente [...], a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental. (BRASIL, 2014).

Entretanto, é sabido que, para a implementação de um documento de tal teor, há a necessidade de real consenso e participação dos agentes envolvidos em todo o processo educacional para que, de fato, a BNCC represente as diversas realidades que compõem o País, além de garantir sua legitimidade ante a comunidade educacional. A primeira versão da BNCC, apresentada em 2015 no [sítio 1](#) criado pelo MEC - Ministério da Educação, foi formulada por 116 especialistas em educação, atuantes no ensino superior (CNTE, 2015), e, após abertura para consulta popular, recebeu cerca de 12.226.510 contribuições (MICARELLO, 2016a). Ainda que um número substancial, a prática se dá de modo contrário ao que estabelece a meta do PNE, entendido que deve haver a participação ativa da população para a formulação do documento. Apenas agora, em sua 3ª edição, o documento preliminar está sendo levado à discussão em plenários nacionais, ato que deveria ter ocorrido num primeiro momento, com a convocação de fóruns regionais, até que se chegasse a um consenso nacional. Desse modo, haveria real representatividade pátria, em instâncias sociais e educacionais, no documento.

Conceber um documento que regule os currículos escolares nacionais tem vantagens diretas sobre as avaliações externas aplicadas, e aqui é cabível destacar a preocupação com os índices do IDEB e com os resultados do PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, ambos tratados no PNE, esperando-se atingir, no segundo, 473 pontos no ano de 2021. É necessário que a educação brasileira esteja a nível daquela de países desenvolvidos, entretanto esta premissa avaliativa nos põe em xeque: o papel das escolas no Brasil, é, portanto, apenas preparar o discente para avaliações? Se tomarmos para a indagação a resposta positiva, estaremos abrindo

1 Acessar <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

mão da educação emancipadora e criticista, que busca transportar o estudante de um comodismo intelectual a um nível questionador, objetivando a compreensão da realidade em que vive, para que, de todo modo, possa agir sobre ela.

Observando a postura dos alunos em sala, muitos ocupam-se apenas com o quantitativo dos estudos, preocupando-se com o valor das avaliações em detrimento da aprendizagem consolidada do conteúdo; muitas vezes, os estudantes apenas realizam atividades que possuem valorização. A postura é reflexo de um modelo educacional que prioriza habilidades e conteúdos em detrimento de uma educação crítica, capaz de preparar o indivíduo para atuar na sociedade. Ainda é cotidiano perceber alunos diante de avaliações externas com tamanha ansiedade e insegurança, fruto, mais uma vez, de um modelo educacional voltado para o conteúdo. Para Gontijo (2015), a atual proposta de BNCC dificultaria a “construção de um projeto nacional pautado na liberdade e na pluralidade e a construção da escola como espaço de produção de cultura” (GONTIJO, 2015, p. 82). Uma vez focada na construção curricular apenas como instrumento que relaciona conteúdos e determina habilidades a serem consolidadas, reforçaremos cada vez mais a ideia de uma educação que não oportuniza a reflexão e a construção do ser social.

Sob um olhar crítico, ao estarem em paralelo a BNCC e as DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais, observamos aspectos diferentes e fundantes em ambas: enquanto a primeira está diretamente voltada para os conteúdos e o domínio das habilidades e competências, a segunda volta-se para uma educação formadora, crítica e emancipatória, vez que estimula as instituições a criar o próprio currículo. As DCNs oportunizam ao professor e à instituição um conteúdo que seja condizente com a realidade em que se insere a escola, levando para a sala de aula a realidade e a vivência do aluno, o que se torna, de todo modo, fator motivador na vivência escolar.

Deve-se conceber a organização do espaço físico da instituição escolar de tal modo que seja compatível com as características de seus sujeitos, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional. (BRASIL, p. 49, 2013).

Oportunizar às instituições a abertura para que moldem seu currículo é garantir a manutenção das características regionais e a autonomia escolar ante suas ideologias e sua missão. Ao receber um novo estudante, há a anuência por parte deste e de sua família à missão da instituição, bem como ao seu currículo, por isso esse documento deve ser fruto de uma “construção coletiva, que respeita o sujeito das aprendizagens” (BRASIL, 2013a, p. 49).

Estrutura Curricular

Ancorando a concepção histórica do indivíduo, bem como seu lugar e espaço no mundo, temos a disciplina de História. Atualmente, o 5º ano tem seu foco na História do Brasil, conhecimento necessário para que o estudante, futuramente, entenda a posição

histórica do País ante o cenário mundial. Ao resumir em dois blocos as competências necessárias ao 5º ano, a temática da História do Brasil, além de removida, é estudada apenas a partir do 8º ano, sendo concluída no 9º. O negativo no fato é o tardar na construção de um sujeito crítico, capaz de compreender e opinar sobre o passado de seu País, bem como entender os motivos da atual situação em que se encontra. Pode-se considerar que, com tal prática, o conteúdo será absolutamente novo para o educando, mas, ao retardar o processo do entendimento e a formação crítica do ser, o interesse deste pelo conteúdo pode ser extinto. Antes de compreendermos o globo, devemos entender onde estamos inseridos e conhecer, de maneira crítica, a realidade desse lugar de modo amplo e globalizado.

O texto da BNCC referente ao currículo de História não apresenta o estudo do início da História do Brasil, como seu descobrimento, exploração e colonização, fatos fundantes para o bom entendimento da realidade histórica. O conteúdo a ser iniciado no 8º ano parte da história a partir do século XIX, já no Primeiro Reinado, deixando de lado, ainda, a realidade escravocrata vivida pelo País no início de sua história. Para o aluno, futuro cidadão crítico, entender a realidade escrava em que esteve o País é fundamental e auxilia na compreensão da razão dos movimentos sociais que vigoram, pedindo melhores e iguais condições para todos.

O bloco da disciplina de História encerra-se com o estudo da Constituição Federal de 1988 e sua relação com o conceito de cidadania, excluindo a história da década de 90 e do século XXI. Não há, portanto, preocupação, por parte do MEC, em explanar para os estudantes a situação em que se encontra o País, bem como os fatores que nos trouxeram a tal situação. Isso mostra, diretamente, um desleixo com a história do País, bem como a falta de preocupação e objetividade na formação de um sujeito consciente.

Assim, a colocação das habilidades de História gira em torno de uma proposição superficial de entendimento histórico-nacional, voltando-se, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, para uma proposta de identificação do lugar, vista uma concepção regional, com a proposta de entendimento do patrimônio histórico local, material e imaterial, e sua manutenção ao longo do tempo. A falta da abrangência da real história nacional é fator negativo na BNCC, e contribui diretamente para a redução da criticidade do indivíduo.

BNCC e a Massificação Educacional

Ao trazer-se ao cenário de construção conteúdos para a BNCC, não se pode esquecer de pontuar a tamanha extensão nacional e as diferenças culturais que são impressas no País. É inconcebível e inimaginável esperar que os discentes aprendam o mesmo conteúdo ao mesmo tempo, visto que, em todo esse processo, estão implícitos a capacidade cognitiva do aluno e o meio social em que ele se insere. Ribeiro e Craveiro (2017) corroboram com essa premissa ao entender o currículo como uma “prática de

significação”, e ponderam que a BNCC “subestima a interação social e a diferença” (RIBEIRO; CRAVEIRO, 2017a, p. 59).

O currículo é um instrumento que deve refletir as necessidades do aluno de tal modo a supri-las. Não é interessante ao estudante preparar-se para assistir a uma aula que, de um modo ou de outro, não será aproveitada em sua realidade. Essa premissa nos traz, novamente, à realidade das decorebas: os alunos apenas ocupam-se em decorar o conteúdo para as avaliações, não ocorrendo real aprendizado, fugindo da verdade emancipatória da educação. Um instrumento que vise regular todos os currículos necessita de caráter emancipatório e, ainda, refletir as necessidades sociais do alunado. Assim, como construir um documento em nível nacional que norteie as necessidades das comunidades escolares? É a isso que responderemos a seguir.

A educação, de modo geral, está pautada sobre a comunhão entre a instituição escolar, a família e a sociedade, sendo os três sujeitos interdependentes e com capacidade de interferência na atuação uns dos outros. Assim, para que se construa um documento que seja, realmente, exercitado por essas esferas, é necessário que elas sejam escutadas e apresentem suas reais indigências, episódio não ocorrido na construção da atual versão da BNCC. É somente assim que esse documento poderá cumprir seu papel sócio-educacional ante a nação, e será acatado integralmente por ela.

Corroborando com a máxima, Micarello (2016), ao compreender a escola como elemento de “coesão social” (p. 65), percebe que essa construção necessita de um entendimento real entre aqueles que conjugam o andamento da realidade educacional, e pontua que a escola não deve ser aquela responsável por impedir “um igual acesso dos sujeitos aos conhecimentos e saberes produzidos pela sociedade” (MICARELLO, 2016 c, p. 65).

Silva (2015) compreende que o currículo “ultrapassa a dimensão prescritiva dos textos de propostas que indicam, quando muito objetivos, conteúdos e formas”(p. 370). Assim, esse instrumento deve ser norteador e emancipatório, conforme mencionado anteriormente. Então, qual a diferença entre uma base curricular que universaliza a educação e uma base curricular que a padroniza?

O PNE, ao citar a BNCC como instrumento para universalizar o ensino, entende que, por meio dela seria possível oferecer a toda a população brasileira educação de qualidade, com um mesmo objetivo: “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada” (BRASIL, 2014). Entretanto, na atual percepção e prática de construção da Base, percebe-se com veemência uma forte corrente de padronização do ensino, soterradas, como já bem explicitadas, as particularidades de cada região.

Tal equívoco conceitual entre padronização e universalização em muito há de comprometer a educação nacional, vez que o conhecimento é a principal arma contra as mazelas sociais, o que traz ainda mais dubiedade a essa premissa, agora

que o currículo, em contrapartida à afirmativa de Silva (2015), passa a ser tratado como objeto, depositando nele a esperança de salvação e de salvação dos problemas educacionais vigentes. Para Ribeiro e Craveiro (2017b), “processos são tratados assim como objeto, servindo aos anseios da mercantilização” (p. 61).

Vê-se, portanto, que a padronização em detrimento da universalização, bem como a massificação da educação, vez que são excluídas as necessidades gerais da educação nacional, colaborarão para que se construa um modelo curricular pautado na superficialidade e na igualdade utópica, o que acarretará, futuramente, um maior enfraquecimento da esfera educacional do Brasil, além da distorção num conceito curricular demasiado abrangente

CONCLUSÃO

Ao final deste estudo, é possível perceber diversas falhas na terceira proposta da Base Nacional Comum Curricular, bem como vislumbrar deficiências em suas práticas de implantação, o que será fator fundamental, no futuro, para que ela não possua legitimidade ante a nação. Na análise da disciplina de História, é notória a real vontade de extinção da criticidade do ser, principalmente no tangente à política nacional. É possível ainda ponderar que a BNCC será instrumento de massificação educacional por desconsiderar as particularidades regionais do Brasil. Esperar que estas sejam tratadas apenas na parte diversificada do currículo é, sem sombra de dúvidas, dar um tiro no escuro.

Ainda que prevista por documentos legais que regem a educação, a grande lacuna está, realmente, no modo como o documento vem sendo construído até então. Ainda que corrobore para um melhor desempenho nas avaliações externas como o ENEM, seja estratégia para elevação dos índices do IDEB e do PISA, necessitamos repensar a real função da educação nacional, valorizando avaliações e índices em detrimento de uma educação emancipatória, que seja mais que números, formando cidadãos críticos e socialmente atuantes.

Conclui-se, assim, que, para que haja um documento nacionalmente legítimo, que seja direção e receba deferência dos mais diversos agentes educacionais, é necessária a escuta daqueles que realmente estão em sala de aula, que conhecem a realidade da educação brasileira, e que se saiba quais expectativas esses mesmos agentes depositarão sobre esse documento. Gerá-lo de modo impopular, numa reversão da atuação profissional na educação, fará com que, aos poucos, a Base Nacional Comum Curricular torne-se apenas uma falha tentativa de melhoria educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CNTE. **Considerações da CNTE sobre o Projeto de Base Nacional Comum Curricular, elaborado preliminarmente pelo MEC**. Brasília, DF: 2015.

GONTIJO, C. M. M. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): comentários críticos. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Vitória, ES, v.1, n.2, p.174-190, jul./dez. 2015.

MICARELLO, H. A. L. S. A BNCC no contexto de ameaças ao estado democrático de direito. *EccoS*, São Paulo, n. 41, p. 61-75, set./dez. 2016.

RIBEIRO, W. G. R; CRAVEIRO, C. B. Precisamos de uma Base Nacional Comum Curricular? **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 23, n. 50, p. 51-59, fev. 2017.

SILVA, M. R. Currículo, Ensino Médio e BNCC: um cenário de disputas. **Retratos da Escola**, v. 9, n. 17, p. 367-379, jul./dez. 2015.